

***Ecogen Brasil***  
***Soluções Energéticas S.A.***

*Demonstrações Financeiras*  
*Referentes ao Exercício Findo em*  
*31 de Dezembro de 2013 e*  
*Relatório dos Auditores Independentes*  
*sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

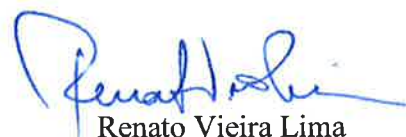
## Outros assuntos

Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 28 de março de 2013.

São Paulo, 17 de março de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n° 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC n° 1 SP 257330/O-5

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.629	679	Empréstimos bancários e debêntures	12	6.767	15.740
Contas a receber de clientes	6	22.287	15.582	Fornecedores		3.957	3.012
Partes relacionadas	8	6.433	8.580	Fornecedores (projetos)	11	2.590	28.813
Estoques		288	238	Impostos e contribuições a recolher	13	1.289	2.233
Impostos a recuperar	7	6.555	2.769	Salários, provisões e encargos sociais	14	3.665	3.287
Outros créditos		<u>746</u>	<u>1.604</u>	Total do passivo circulante		<u>18.268</u>	<u>53.085</u>
Total do ativo circulante		<u>50.938</u>	<u>29.452</u>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	7	10.021	1.130	Empréstimos bancários e debêntures	12	203.412	109.330
Impostos diferidos	21	1.247	499	Instrumentos financeiros	22	1.355	-
Contas a receber de clientes	6	1.012	1.814	Total do passivo não circulante		<u>204.767</u>	<u>109.330</u>
Instrumentos financeiros	22	2.471	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Investimentos		1	1	Capital social	16	153.912	117.912
Imobilizado	9	260.512	209.743	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.327)	-
Intangível	10	<u>11.838</u>	<u>9.998</u>	Prejuízos acumulados		<u>(36.580)</u>	<u>(27.690)</u>
Total do ativo não circulante		<u>287.102</u>	<u>223.185</u>	Total do patrimônio líquido		<u>115.005</u>	<u>90.222</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>338.040</u></u>	<u><u>252.637</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>338.040</u></u>	<u><u>252.637</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
RECEITA OPERACIONAL	17	76.016	58.575
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	18	(45.857)	(32.825)
LUCRO BRUTO		<u>30.159</u>	<u>25.750</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	19	(11.914)	(8.433)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(538)</u>	<u>219</u>
		(12.452)	(8.214)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	20	(27.157)	(13.024)
Receitas financeiras	20	<u>1.011</u>	<u>339</u>
		(26.146)	(12.685)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(8.439)</u>	<u>4.851</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes		-	(21)
Diferidos	21	(451)	(1.040)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(8.890)</u>	<u>3.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(8.890)	3.790
PERDAS EM OPERAÇÕES COM "Hedge" de fluxo de caixa, líquido do imposto de renda e da contribuição social	(2.327)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>(11.217)</u>	<u>3.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2012	16	117.912	-	(31.480)	86.432
Lucro líquido do exercício		-	-	3.790	3.790
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	16	<u>117.912</u>	<u>-</u>	<u>(27.690)</u>	<u>90.222</u>
Aumento de capital social		36.000	-	-	36.000
Prejuízo do exercício		-	-	(8.890)	(8.890)
Outros resultados abrangentes		-	(2.327)	-	(2.327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	16	<u>153.912</u>	<u>(2.327)</u>	<u>(36.580)</u>	<u>115.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.890)	3.790
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17.117	11.709
Despesa de juros/encargos sobre empréstimos	27.157	13.024
Ganho na venda/baixa do imobilizado	935	135
Juros apropriados sobre aplicação financeira	(1.011)	(339)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	451	1.040
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(5.903)	(8.261)
Estoques	(51)	(63)
Outros créditos	874	(798)
Impostos a recuperar	(569)	(701)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	945	1.448
Impostos e contribuições a recolher	(944)	1.763
Salários e encargos a pagar	378	930
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>30.489</u>	<u>23.677</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(67.859)	(101.581)
Fornecedores - projetos	(26.223)	27.910
Impostos a recuperar - projetos	<u>(12.108)</u>	<u>(1.508)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(106.190)</u>	<u>(75.179)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	36.000	-
Empréstimos concedidos/pagos para empresas relacionadas	2.131	(3.294)
Empréstimos tomados	227.030	143.023
Empréstimos pagos	(148.410)	(79.897)
Juros/encargos pagos sobre empréstimos	<u>(27.100)</u>	<u>(13.999)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>89.651</u>	<u>45.833</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>13.950</u></u>	<u><u>(5.669)</u></u>
Saldo no início do exercício	679	6.348
Saldo no fim do exercício	14.629	679
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>13.950</u></u>	<u><u>(5.669)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 31 de outubro de 2002 com a razão social de Iqara Energy Services Ltda., sendo controlada em sua totalidade pela BG Overseas Holdings Ltd.

Em 8 de julho de 2008, a totalidade das cotas da Companhia, na época pertencentes à BG Overseas Holdings Ltd., foi adquirida pela Ecogen Brasil Participações S.A.; desde então, a razão social da Companhia foi alterada para Ecogen Brasil Soluções Energéticas Ltda.

Em 15 de setembro de 2010, o tipo de organização societária foi alterado de sociedade por cotas de responsabilidade limitada para sociedade por ações de capital fechado, tendo sido adotada a razão social de Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.

Em dezembro de 2012, a ME Serviços de Energia do Brasil Participações Ltda. adquiriu 100% das ações da Ecogen Brasil Participações S.A., tornando-se a controladora final da Companhia.

A Companhia tem por objeto desenvolver projetos de centrais elétricas em seus clientes, concentrando suas principais atividades na:

- Aquisição de bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou estrangeiros.
- Instalação, operação e manutenção, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, de bens próprios relativos a motores, compressores, câmaras de combustão, trocadores de calor e resfriadores de líquidos por absorção e por compressão, bem como todos os demais equipamentos, acessórios, peças e ferramentas necessários ao desenvolvimento de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.
- Produção e comercialização de energia elétrica para atendimento exclusivo a seus clientes, como produtora independente de energia, vapor, água quente e gelada e outros produtos derivados de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.
- Prestação de serviços técnicos relacionados à exploração de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.

A Companhia tem como clientes indústrias, edifícios comerciais, shopping centers e hotéis.

Os projetos de centrais elétricas desenvolvidos pela Companhia e acordados com seus clientes podem utilizar gás natural, diesel, biogás e biomassa, entre outros combustíveis alternativos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis detalhadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

## a) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

## b) Instrumentos financeiros

## (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é registrado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos registrados ao valor justo por meio do resultado.

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustado, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

## (ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos bancários, debêntures, fornecedores, fornecedores (projetos) e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos.

## (iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de câmbio, “swaps” de moeda. Na nota explicativa nº 22 há informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

#### Contabilidade de “hedge”

A Companhia designa instrumentos de “hedge”, incluindo derivativos, relacionados a riscos com moeda estrangeira, como “hedge” de fluxo de caixa em operações no exterior. Os “hedges” para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como “hedges” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A nota explicativa nº 22 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

#### “Hedges” de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de “hedge” de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Despesas financeiras”.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “hedge” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de “hedge” resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilidade de “hedge” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não é mais qualificado como contabilidade de “hedge”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio na respectiva data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista é finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012.

(iv) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados no fim do exercício, são reconhecidos como passivo.

c) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Referem-se a materiais utilizados nas centrais de energia, na operação e manutenção da prestação dos serviços, e são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

d) Arrendamento

Conforme requerido pela interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, no começo de um contrato de desenvolvimento dos projetos de centrais elétricas, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições a seguir forem atendidas:

- O cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos.
- O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

A Companhia analisa os acordos existentes em datas subsequentes, com base nos fatos e nas circunstâncias existentes nessas datas, para determinar se os acordos são ou contêm um arrendamento.

A Companhia não identificou acordos que sejam ou contenham um arrendamento como resultado dessa análise em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

e) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para desvalorização, se aplicável.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando necessária.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos na rubrica “Outras receitas operacionais” no resultado.

## (ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## (iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos - escritório	10 anos
Máquinas e equipamentos - operacional (*)	7-20 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Sistemas aplicativos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

(\*) A depreciação de máquinas e equipamentos - operacional reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final dos contratos ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem custos de projetos que são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando necessária.

A amortização dos custos de projetos reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos vinculados sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final dos contratos ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada encerramento de exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores é avaliada a cada encerramento de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, em complemento ao valor provisionado em anos anteriores.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados no fim de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.



Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal, razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo que garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria e possibilidade provável de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Plano de benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago dos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

k) Receita

A Companhia possui receitas de vendas de mercadorias, de locação de equipamentos e de prestação de serviços, obedecendo à especificidade de cada contrato. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

(i) Vendas

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes à mercadoria são transferidos para o comprador.

(ii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude de sua realização.

(iii) Locação

A receita de locação é reconhecida no resultado seguindo a alocação e utilização do ativo por parte do cliente.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, debêntures e partes relacionadas, reconhecidos no resultado, por meio do método de juros efetivos.

m) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

Para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, a Companhia considera a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ do ano calendário 2008.

o) Valor presente

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre ativos e passivos financeiros em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES REVISADAS EM 2013

No exercício de 2013, foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Negócios Conjuntos
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção destas normas.

##### 4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração - encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.

- Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e concluiu de forma preliminar que não são esperados efeitos significativos sobre os valores reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4.2. Medida Provisória nº 627/13

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

A Administração não espera efeitos significativos pela sua adoção.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	4.285	421
Aplicações financeiras	<u>10.344</u>	<u>258</u>
	<u>14.629</u>	<u>679</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de mercado e referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário - CDB remunerados a taxas que variam entre 98% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber de clientes	<u>23.299</u>	<u>17.396</u>
Circulante	22.287	15.582
Não circulante	1.012	1.814

A abertura das contas a receber vencidas está apresentada a seguir:

<u>Contas a receber - vencidos e acordos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
De 1 a 30 dias	2.202	2.181
De 31 a 90 dias	1.350	747
De 91 a 180 dias	170	826
Acima de 180 dias (*)	<u>3.752</u>	<u>1.229</u>
	<u>7.474</u>	<u>4.983</u>

Cliente	Nº de parcelas	Venc. da 1ª parcela	Valor da parcela	Acordos			Circulante	Não circulante
				Total do acordo	Pagamentos efetuados	Saldo em 31/12/13		
Shopping Jardim Guadalupe	39	Ago./12	60	2.642	(1.231)	1.411	698	713
Shopping Goiabeiras	28	Abr./13	20	564	(153)	411	411	-
Shopping Via Vale	18	Jun./13	18	610	(272)	338	338	-
Shopping Norte e Sul	60	Abr./12	11	690	(252)	438	139	299
Shopping Bangu	12	Jul./13	12	592	(345)	247	247	-
Shopping Caxias	48	Dez./09	12	566	(506)	60	60	-
Cariri Shopping	20	Dez./12	4	84	(69)	15	15	-
				<u>5.748</u>	<u>(2.828)</u>	<u>2.920</u>	<u>1.908</u>	<u>1.012</u>

(\*) Do montante vencido há mais de 180 dias, a Companhia recebeu durante os meses de janeiro e fevereiro o valor de R\$577. Os demais títulos vencidos estão em negociação com os respectivos clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas da Companhia, na análise individualizada dos títulos vencidos e em negociações em andamento dos saldos com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber de seus clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados às contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 22.

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	887	510
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (a)	184	250
Impostos retidos sobre serviços (b)	1.610	1.418
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	13.578	1.404
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - antecipação do exercício (d)	<u>317</u>	<u>317</u>
	<u>16.576</u>	<u>3.899</u>
Circulante	6.555	2.769
Não circulante	10.021	1.130

(a) Refere-se ao ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado para os projetos que são tributados na emissão da nota fiscal de venda de energia, sendo eles Inapel, Ahlstrom, Levorin e Infinity.

(b) Refere-se à retenção de PIS, COFINS e contribuição social - retenção sobre a prestação de serviços (Lei nº 10.833/03), Imposto Sobre Serviços - ISS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

- (c) Refere-se a PIS e COFINS a recuperar sobre aquisições de ativo imobilizado utilizado nos projetos Shopping Natal, Shopping Norte Sul, Edifício Infinity, Cariri Shopping, Shopping Guadalupe, Shopping Bandeiras, Shopping Goiabeiras, Shopping Center Vale, Shopping Via Vale, Edifício Sky, Edifício Odebrecht, Shopping Amapá, Shopping Arapiraca, Shopping Pátio Cianê e Shopping North Joquei.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apropriou os créditos sobre ativo imobilizado pela depreciação dos ativos. Conforme opção dada pela Lei nº 12.546/11, em 2013 a Companhia optou por registrar tais créditos pela aquisição dos ativos.

- (d) Refere-se à antecipação de IRPJ e CSLL sobre o resultado apurado em junho de 2012. Esse resultado foi revertido em dezembro de 2012, gerando a antecipação, que será utilizada para compensação em exercícios futuros.

## 8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 relativos às operações com partes relacionadas decorrem de operações entre a Companhia e sua controladora, sua coligada, seus acionistas e o pessoal-chave da Administração.

Os saldos e as transações com partes relacionadas são como segue:

<u>Ativo circulante</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ecogen Brasil Participações S.A. (*)	6.433	8.569
Ecojam Soluções Energéticas Ltda.	<u>-</u>	<u>11</u>
	<u>6.433</u>	<u>8.580</u>

- (\*) Valores a receber da controladora Ecogen Brasil Participações S.A. que estão suportados por contrato de mútuo sem oneração financeira, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, conforme aditivo contratual assinado pelas partes.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está em negociação com sua controladora para renovação do contrato de mútuo. Esse contrato não prevê cláusulas de penalidades em caso de não liquidação.

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:

- A Ecogen Brasil Participações S.A. detém 100% da Companhia.

### Remuneração do pessoal-chave

A seguir, os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração bruta	<u>2.551</u>	<u>2.524</u>
	<u>2.551</u>	<u>2.524</u>

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia não efetuou transações com outras partes relacionadas diferentes das descritas anteriormente.

## 9. IMOBILIZADO

## a) Composição

	2013			2012
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Custo dos bens sujeitos à depreciação:				
Instalações	-	-	-	687
Máquinas e equipamentos - escritório	515	(140)	375	133
Máquinas e equipamentos - operacional	309.105	(58.015)	251.090	200.091
Equipamentos de informática	1.220	(718)	502	320
Sistemas aplicativos	1.254	(643)	611	583
Móveis e utensílios	1.755	(44)	1.711	75
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>4.403</u>	<u>(622)</u>	<u>3.781</u>	<u>1.937</u>
	<u>318.252</u>	<u>(60.182)</u>	<u>258.070</u>	<u>203.826</u>
Custo dos bens não sujeitos à depreciação:				
Adiantamento a fornecedores	2.280	-	2.280	5.756
Imobilizado em andamento	<u>162</u>	<u>-</u>	<u>162</u>	<u>161</u>
	<u>320.694</u>	<u>(60.182)</u>	<u>260.512</u>	<u>209.743</u>

## b) Movimentação do custo

	<u>Saldo em 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 2013</u>
Instalações	1.894	-	(1.894)	-	-
Máquinas e equipamentos - escritório	241	274	-	-	515
Máquinas e equipamentos - operacional (*)	242.908	63.213	(358)	3.342	309.105
Equipamentos de informática	921	296	-	3	1.220
Sistemas aplicativos	1.056	198	-	-	1.254
Móveis e utensílios	186	1.758	(187)	(3)	1.755
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.908	2.120	(633)	8	4.403
Adiantamento a fornecedores	5.757	-	(126)	(3.351)	2.280
Imobilizado em andamento	<u>162</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162</u>
	<u>256.034</u>	<u>67.859</u>	<u>(3.198)</u>	<u>-</u>	<u>320.694</u>

	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2012
Instalações	1.894	-	-	-	1.894
Máquinas e equipamentos - escritório	221	20	-	-	241
Máquinas e equipamentos - operacional	149.359	85.379	(136)	8.309	242.908
Equipamentos informática	625	296	-	-	921
Sistemas aplicativos	593	463	-	-	1.056
Móveis e utensílios	173	12	-	-	186
Veículos	2.576	332	-	-	2.908
Benfeitorias em imóveis de terceiros	975	12.155	-	(7.374)	5.757
Adiantamento a fornecedores	<u>162</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162</u>
	<u>156.577</u>	<u>98.657</u>	<u>(136)</u>	<u>935</u>	<u>256.034</u>

(\*) O valor do custo de máquinas e equipamentos - operacional, no montante de R\$309.105 em 31 de dezembro de 2013 (R\$242.911 em 31 de dezembro de 2012), refere-se aos ativos que fazem parte das 47 centrais de energia pertencentes à Companhia (35 em 2012).

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2013		
	Saldo inicial	Adições (baixas)	Saldo final
Instalações	(1.206)	1.206	-
Máquinas e equipamentos - escritório	(108)	(32)	(140)
Máquinas e equipamentos - operacional	(42.821)	(15.194)	(58.015)
Equipamentos de informática	(601)	(117)	(718)
Sistemas aplicativos	(473)	(170)	(643)
Móveis e utensílios	(109)	65	(44)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(971)</u>	<u>349</u>	<u>(622)</u>
	<u>(46.290)</u>	<u>(13.892)</u>	<u>(60.182)</u>
	2012		
	Saldo inicial	Adições (baixas)	Saldo final
Instalações	(1.017)	(189)	(1.206)
Máquinas e equipamentos - escritório	(85)	(23)	(108)
Máquinas e equipamentos - operacional	(32.925)	(9.896)	(42.821)
Equipamentos informática	(519)	(82)	(601)
Sistemas aplicativos	(348)	(125)	(473)
Móveis e utensílios	(91)	(18)	(109)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(619)</u>	<u>(353)</u>	<u>(971)</u>
	<u>(35.604)</u>	<u>(10.686)</u>	<u>(46.290)</u>



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia identificou ativos que pertenciam ao projeto do Shopping Ilha Plaza, cujo distrato contratual foi efetuado em janeiro de 2013, que serão baixados quando da desativação da planta no “site” do cliente. A Companhia contabilizou uma provisão para redução ao valor recuperável desses ativos no montante de R\$347, registrada na rubrica “Outras despesas operacionais”.

d) Revisão da vida útil

Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado para a categoria “Máquinas e equipamentos - operacional”. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por avaliadores internos da Companhia, na mesma data-base.

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado por meio de levantamento realizado por avaliadores internos da Companhia e não houve alteração nas vidas úteis utilizadas.

## 10. INTANGÍVEL

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos com projetos	16.531	13.702
Amortização acumulada	<u>(4.693)</u>	<u>(3.704)</u>
	<u>11.838</u>	<u>9.998</u>

a) Movimentação do custo do intangível

	<u>Saldo em 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 2013</u>
Intangível	13.702	2.829	16.531

b) Movimentação da amortização do intangível

	<u>Saldo em 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 2013</u>
Intangível	(3.704)	(989)	(4.693)

## 11. FORNECEDORES (PROJETOS)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores (projetos)	<u>2.590</u>	<u>28.813</u>

Os valores descritos referem-se especificamente aos fornecedores de projetos das centrais de energia.

## 12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E DEBÊNTURES

### a) Debêntures

Em 26 de março 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas aprovando a segunda emissão pública, pela Companhia, do total de 14.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, a ser distribuída com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476/09, no valor total de R\$140.000, com prazo de vencimento de 7 anos. Posteriormente, a emissão foi alterada para 2 séries, sendo, independentemente da série, até R\$95.000 distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, e os R\$45.000 restantes distribuídos sob o regime de melhores esforços de colocação. A emissão foi efetivada em 2 de maio de 2012.

Em 14 de agosto de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas aprovando a terceira emissão pública de debêntures simples, no total de até 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries, da espécie com garantia fluante, com garantia real adicional, a serem distribuídas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476/09, no valor total de R\$200.000, com prazo de vencimento em 8 anos. A emissão foi autorizada em 3 séries, sendo 5.000 debêntures da primeira série, até 10.000 da segunda série e 5.000 da terceira série. A emissão da primeira série da terceira emissão foi concluída em 13 de setembro de 2013, no valor de R\$50.000, e a segunda série da terceira emissão, no valor de R\$50.000, foi concluída em 4 de novembro de 2013.

Em 4 de novembro de 2013, a Companhia decidiu quitar a segunda emissão de debêntures no valor de R\$95.000.

A terceira emissão prevê a manutenção de índices de endividamento com parâmetros preestabelecidos, conforme segue:

- Dívida líquida/EBITDA:  $\leq 5,75$  em 2013,  $\leq 5$  em 2014,  $\leq 4,25$  em 2015,  $\leq 3,25$  em 2016 e  $\leq 2,5$  a partir de 2017.

A apuração do índice mencionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 resultou nos seguintes valores:

- Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2013 - R\$210.179 - variação cambial de R\$4.875 = R\$205.304.
- Saldo de caixa em 31 de dezembro de 2013 - R\$14.629.
- “Earnings Before Interest, Transactions, Depreciation and Amortization - EBITDA” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - R\$35.363.
- Dívida líquida (\*)/EBITDA = 5,39.

(\*) Dívida líquida = somatório do saldo de empréstimos, financiamentos e outras dívidas onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e no exigível de longo prazo da emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da emissora, menos as disponibilidades.

## b) Empréstimos com o Banco BTMU

Em 13 de maio e 30 de setembro de 2013, a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira com o Banco BTMU Leasing & Finance, Inc., nos montantes de US\$10.000 mil e US\$20.000 mil, respectivamente. Os respectivos contratos são objetos de “hedge”, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.

Os contratos de empréstimos com o Banco BTMU preveem a manutenção de índices de endividamento e de lucro líquido com parâmetros preestabelecidos, conforme segue:

- Dívida líquida/EBITDA:  $\leq 5,75$  em 2013,  $\leq 5$  em 2014,  $\leq 4,25$  em 2015,  $\leq 3,25$  em 2016 e  $\leq 2,5$  a partir de 2017.
- Relação de dívida/patrimônio líquido:  $\leq 1,75$  em 2013,  $\leq 1,50$  em 2014,  $\leq 1,50$  em 2015,  $\leq 1,20$  em 2016,  $\leq 1,00$  a partir de 2017.
- Durante o prazo contratual a Companhia não poderá ter dois anos consecutivos de prejuízo.

A apuração dos índices mencionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 resultou nos seguintes valores:

- Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2013 - R\$210.179 - variação cambial de R\$4.875 = R\$205.304.
- Saldo de caixa em 31 de dezembro de 2013 - R\$14.629.
- EBITDA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - R\$35.363.
- Dívida líquida/EBITDA = 5,39.
- Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2013 - R\$210.179 - variação cambial de R\$4.875 = R\$205.304.
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 - R\$115.005 + efeito do contrato de “swap” BTMU R\$2.327 = R\$117.332.
- Relação dívida/patrimônio líquido = 1,74.

## c) Banco Desenvolve SP

Em 7 de abril de 2012 e 18 de abril de 2013, a Companhia contratou financiamentos do Banco Desenvolve SP, nos montantes de R\$8.000 e R\$21.981, respectivamente. Tais financiamentos foram cedidos com prazos de 84 e 120 meses, tendo 12 e 24 meses de carência, respectivamente. As garantias estão mencionadas no quadro a seguir.

## d) FINAME

A Companhia é parte em diversos contratos de financiamento de equipamentos, os quais foram tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Esses contratos são denominados na linha “FINAME”, os quais possuem como garantia o próprio equipamento financiado.

e) Demais empréstimos

Com relação aos demais empréstimos tomados, não existem “covenants” financeiros e a previsão de vencimento antecipado não contém cláusulas adicionais às já constantes nas debêntures anteriormente mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo todas as cláusulas de “covenants” estipuladas.

	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures - Banco Itaú BBA S.A.	R\$	Ago./19	100% do CDI + 3,50% a.a.	-	95.787
Debêntures - Banco Itaú BBA S.A. (i)	R\$	Ago./21	100% do CDI + 2,20% a.a.	100.462	-
Empréstimo-ponte - Banco Itaú BBA S.A.	R\$	Abr./13	100% do CDI + 3,80% a.a.	-	10.082
BNDES - Proesco (ii)	R\$	Mar./17	TJLP + 1,4% a.a.	3.740	4.891
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Mar./15	TJLP + 4,4% a.a.	181	325
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Mai./16	TJLP + 4,4% a.a.	164	231
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Jul.-ago./16	6,50% a.a. e TJLP + 4,4% a.a.	2.596	3.600
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Jul.-set./16	5,50% a.a.	3.816	4.361
Banco Desenvolve SP (iv)	R\$	Mar./19	IPC + 6% a.a.	7.038	8.055
Banco Desenvolve SP (iv)	R\$	Fev./23	IPC + 5% a.a.	22.177	-
Banco BTMU 1	US\$	Mai./20	100% do Libor + 2,5% a.a.	23.714	-
Banco BTMU 2	US\$	Out./20	100% do Libor + 1,95% a.a.	48.100	-
Custos de transação	R\$			(1.809)	(3.703)
EBITDA Kicker (v)				-	1.441
Total				<u>210.179</u>	<u>125.070</u>
Circulante				6.767	15.740
Não circulante				203.412	109.330

Garantias

- (i) Cessão fiduciária dos direitos de crédito dos projetos Ahlstrom, Shopping Porto Velho, Shopping Jardim Guadalupe, Shopping Taboão, Shopping Cariri, Shopping Center Vale, Shopping Bandeiras, Edifício Odebrecht e Shopping Via Vale.
- (ii) Fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$5.736. Para a emissão desta fiança foram cedidos direitos creditórios do Shopping Boulevard BH.
- (iii) A Companhia constituiu garantia de equipamentos adquiridos com recursos do BNDES/Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, os quais estão instalados nas seguintes centrais de energia: Edifício Rochaverá, Edifício Infinity, Shopping Jardim Guadalupe, Shopping Campo Grande, Shopping Norte Sul Plaza, Edifício Sky, Shopping Center Via Vale e Shopping Bandeiras. O valor total dos equipamentos, equivalente ao montante financiado por meio do FINAME, é de R\$9.887.
- (iv) Cessão fiduciária dos direitos creditórios do projeto Norte Sul Plaza e alienação fiduciária de equipamentos dos projetos Levorin, Shopping Interlagos, Super Shopping Osasco, Ahlstrom, Shopping Center Vale, Shopping Via Vale, Shopping Bandeiras, Shopping Goiabeiras, Edifício Sky e Edifício Odebrecht, totalizando R\$26.576 em equipamentos.
- (v) O EBITDA Kicker referia-se a um prêmio adicional a ser pago aos debenturistas, proporcionalmente à quantidade de debêntures efetivamente colocadas e não resgatadas. O valor é equivalente a 15% da diferença positiva entre o EBITDA efetivo realizado pela Emissora no exercício em questão e o EBITDA Linha D'Água, definido em contrato, medido anualmente a cada encerramento de exercício social.

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2015	12.229
2016	37.211
2017	35.193
2018	34.362
2019	33.353
2020	33.017
2021	14.841
2022	2.748
2023	458
	<u>203.412</u>

### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ICMS	172	195
COFINS	314	428
PIS	68	94
ISS	251	178
Outros impostos (*)	<u>484</u>	<u>1.338</u>
	<u>1.289</u>	<u>2.233</u>

(\*) Refere-se a retenções de impostos (imposto de renda, CSLL, ISS, PIS, COFINS e INSS) de fornecedores de serviços.

### 14. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Previdência social a recolher	246	217
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	76	78
IRRF sobre folha de pagamento	166	131
Pró-labore	214	237
Provisão de férias e encargos	978	688
Provisão para bônus	1.795	1.761
Outros valores	<u>190</u>	<u>175</u>
	<u>3.665</u>	<u>3.287</u>

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos trabalhistas e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e também na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não identificou a necessidade de constituição de provisão para contingências em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

### Auto de infração - ICMS

Em 7 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu autuação da Secretaria da Fazenda - SEFAZ do Estado de São Paulo cujo objeto foi o ICMS incidente sobre importações de equipamentos realizadas nos anos 2006 a 2008, as quais foram desembaraçadas no Estado do Espírito Santo. O referido ICMS foi recolhido no Estado do Espírito Santo, e a SEFAZ de São Paulo considera que ele é devido no Estado de destino da mercadoria. O valor total do auto de infração foi de R\$4.745, incluindo juros e multa.

Em face do auto de infração foi oposta defesa administrativa, que foi indeferida em primeira instância em 22 de junho de 2012.

Em 24 de maio de 2013, o total de débitos atualizado era de R\$5.449, sendo R\$1.627 de principal, R\$1.407 de multa e R\$2.415 de juros. A Companhia optou por efetuar o pagamento da totalidade do auto de infração, com benefício da redução dos valores de multa e juros. A redução nos valores de multa e juros foi de R\$1.214 e R\$1.447, respectivamente, sendo pagos os montantes de R\$1.627 de principal, R\$193 de multa e R\$968 de juros.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$153.912, e está representado por 153.912.242 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade da Ecogen Brasil Participações S.A.

### b) Reserva de lucros

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo não inferior a 25%, calculado com base no lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

## 17. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Venda de mercadorias	21.225	20.649
Locação de equipamentos	49.541	34.932
Serviços prestados	17.746	13.363
Impostos sobre serviços, locação e mercadorias	<u>(12.496)</u>	<u>(10.369)</u>
	<u>76.016</u>	<u>58.575</u>

## 18. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos	(7.315)	(5.632)
Gás, manutenção e monitoramento	(13.166)	(11.236)
Prestação de serviços	(8.727)	(4.730)
Depreciação e amortização	<u>(16.649)</u>	<u>(11.227)</u>
	<u>(45.857)</u>	<u>(32.825)</u>

## 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos	(6.859)	(5.469)
Materiais	(149)	(85)
Prestação de serviços	(4.437)	(2.397)
Depreciação e amortização	<u>(469)</u>	<u>(482)</u>
	<u>(11.914)</u>	<u>(8.433)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(15.781)	(10.132)
Comissões sobre empréstimos	(7.067)	(2.344)
Juros de mora	(1.798)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(830)	(306)
Tarifas bancárias	(158)	(22)
Fianças	(725)	-
Multas	(466)	-
Outras	<u>(332)</u>	<u>(220)</u>
	<u>(27.157)</u>	<u>(13.024)</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	952	123
Juros	20	134
Descontos recebidos	<u>39</u>	<u>82</u>
	<u>1.011</u>	<u>339</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(26.146)</u>	<u>(12.685)</u>

## 21. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição sociais diferidos foram calculados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Efeito no resultado de 2013</u>	<u>Efeito em outros resultados abrangentes de 2013</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.992	3.980	2.012	-
“Hedge accounting”	1.199	-	-	1.199
Diferenças temporárias	<u>1.193</u>	<u>670</u>	<u>523</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos	<u>8.384</u>	<u>4.650</u>	<u>2.535</u>	<u>1.199</u>
RTT - depreciação e amortização (vida útil)	<u>(7.137)</u>	<u>(4.151)</u>	<u>(2.986)</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos passivos	<u>(7.137)</u>	<u>(4.151)</u>	<u>(2.986)</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos - efeito líquido	<u>1.247</u>	<u>499</u>	<u>(451)</u>	<u>1.199</u>

A Administração da Companhia considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados quando da baixa efetiva dos ativos que são objeto de “impairment”, relativos ao projeto Shopping Brás e reconhecimento das despesas como dedutíveis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Diretoria relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, também reconheceu créditos tributários sobre parte dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A expectativa da Administração da Companhia é de que a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos tenha início a partir do exercício de 2016, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento de seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, no montante de R\$7.137 (R\$4.151 em 2012), foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos efeitos gerados pela adoção do RTT.



A Companhia estima que o ativo de imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo será realizado da seguinte forma:

<u>Exercício</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2016	76	36	112
2017	867	321	1.188
2018	1.737	634	2.371
2019	<u>1.754</u>	<u>567</u>	<u>2.321</u>
Total	<u>4.434</u>	<u>1.558</u>	<u>5.992</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais totais a compensar sobre os seguintes valores-base:

Prejuízos fiscais	45.293
Base negativa de contribuição social	45.293

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A conciliação do resultado calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do imposto de renda e da contribuição social debitados em resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.439)	4.851
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	2.869	(1.649)
Efeito das multas indedutíveis	(478)	-
Efeito das remunerações não dedutíveis	(573)	(266)
Efeito dos prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos, agora reconhecidos como impostos diferidos ativos	(2.231)	917
Outros efeitos	(38)	(62)
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(451)	(1.061)
Alíquota efetiva	(5%)	(22%)
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	(451)	(1.061)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	2.535	925
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.986)	(1.965)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(21)</u>

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos acionistas, sendo subsequentemente analisada de forma periódica quanto à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia não realiza aplicações de caráter especulativo, em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelos acionistas a fim de identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar os riscos e a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

### a) Classificação dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.196/09, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

#### Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como empréstimos e recebíveis. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado.

- Empréstimos bancários e debêntures

O principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar os projetos de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. As operações são classificadas como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes a seus valores contábeis.

- “Hedge” de fluxo de caixa

A Companhia assinou contratos futuros de moeda (com prazos de sete anos) para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente das transações de empréstimos em dólares norte-americanos com o Banco BTMU, que foram designados como “hedge” de fluxo de caixa.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2013:

	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Contratos de “swap” designados como “hedge” de fluxo de caixa	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	14.629	-	-	14.629
Contas a receber de clientes	23.299	-	-	23.299
Outros créditos	746	-	-	746
Partes relacionadas	6.433	-	-	6.433
Instrumentos financeiros (*)	-	-	2.471	2.471
Passivos:				
Fornecedores e fornecedores de projetos	-	2.590	-	2.590
Empréstimos bancários	-	111.526	-	111.526
Debêntures	-	98.653	-	98.653
Instrumentos financeiros (*)	-	-	1.355	1.355

Em 31 de dezembro de 2012:

	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Total
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	679	-	679
Contas a receber de clientes	17.396	-	17.396
Outros créditos	1.604	-	1.604
Partes relacionadas	8.580	-	8.580
Passivos:			
Fornecedores e fornecedores de projetos	-	31.825	31.825
Empréstimos bancários	-	31.463	31.463
Debêntures	-	93.607	93.607

- (\*) Nas datas de contratação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Banco BTMU Leasing & Finance, Inc., nos montantes de US\$10.000 mil e US\$20.000 mil, a Companhia contratou simultaneamente com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. contratos de derivativos para proteção à exposição cambial com as seguintes características:

	Valor nominal	Dados para apuração do valor garantido	
		Pelo Banco	Pela Companhia
BTMU US\$20.000 mil	45.170	100% CDI + 1,9% a.a.	100% Libor semestral + 1,95%
BTMU US\$10.000 mil	20.233	100% CDI + 2,3% a.a.	100% Libor semestral + 2,5%

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos:

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Por meio de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia mantém moeda estrangeira; conseqüentemente, está sujeita a exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos de “swap”.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía saldos em moeda estrangeira, exceto pelos empréstimos com o Banco BTMU, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

(iv) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

## b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 aumentaria em R\$2.725. Isso ocorre, principalmente, devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos, feitos a taxas pós-fixadas.

## c) Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A análise foi estruturada levando em consideração os seguintes itens: prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes.

Na análise foram identificados apenas ativos enquadrados no Nível 2, que se referem às aplicações financeiras e aos instrumentos financeiros designados como “hedge” de fluxo de caixa, em que o valor contábil equivale a seu valor justo.

## 23. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos de fornecimento de gás com a concessionária de gás canalizado Comgás - Companhia de Gás de São Paulo, de maneira que garanta o suprimento de gás para os projetos nos quais a Companhia é produtora de energia. As quantidades anuais mínimas contratadas, multiplicadas pelas tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2013, perfazem os seguintes valores (por contrato):

	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Após 2017</u>
Levorin	6.479	6.479	6.479	6.479	6.479
Ahlstrom	1.569	1.569	1.569	1.569	7.453
Inapel	1.115	1.115	1.115	1.115	4.181
Jardim Sul	425	-	-	-	-
Infinity	<u>347</u>	<u>347</u>	<u>260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>9.935</u>	<u>9.510</u>	<u>9.423</u>	<u>9.163</u>	<u>18.113</u>

As quantidades de gás contratadas que originaram os valores mencionados anteriormente estão de acordo com a necessidade de cada central de energia e implicam obrigação de compra somente na hipótese de continuidade das centrais de energia e, portanto, se houver continuidade no fornecimento de gás. Em caso de rescisão antecipada, a obrigação de compra futura inexistente e as multas contratuais seriam aplicáveis somente ao volume mínimo não consumido até a data da rescisão. Além disso, como contrapartida, os clientes das centrais de energia anteriormente mencionadas também possuem compromissos de consumo mínimo com a Companhia, os quais são suficientes para assegurar o cumprimento de quaisquer obrigações oriundas dos contratos com a concessionária de gás.

#### 24. OUTRAS GARANTIAS

Em 6 de setembro de 2013, a Companhia firmou contrato de custódia de recursos financeiros com o Banco Itaú, no valor de R\$641. Este contrato visa garantir o contrato de locação firmado entre a Companhia e o locador Shaula Empreendimentos e Participações Ltda. O imóvel locado abriga a sede da Companhia, localizada no Rochaverá Corporate Towers.

#### 25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras; consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$27.251 para danos patrimoniais e R\$15.000 para responsabilidade civil.

#### 26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014.

---